

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião da Amoreira

Reconhecido pelo MTPS sob n.º: 301.436/81- Filiado a FETAEP

Rua Prefeito Alfredo Luiz Batista , 476 – CEP: 86240-000 – Fone/Fax : (43) 3265-1169
São Sebastião da Amoreira :---:---: Estado do Paraná

011

Componentes do Condomínio, e o tempo gasto no percurso seja considerado como de serviço. **Faltas CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FALTAS ISENTAS DE DESCONTO** Seja autorizado aos trabalhadores permanentes a faltarem ao serviço um dia por mês ou meio dia por quinzena, para efetuarem compras, com direito ao salário daquele dia. **FÉRIAS E LICENÇAS Duração e Concessão de Férias CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS** Na cessação do contrato de trabalho, o empregado terá direito à remuneração das férias proporcionais independente do tempo de serviço. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - INÍCIO DO PERÍODO DE GOZO DAS FÉRIAS** O início de gozo de férias não poderá coincidir com sábados, domingos e feriados, ou dia de compensação de trabalho prestado em domingos e feriados, sob pena de ser devido em dobro o pagamento correspondente a esses dias. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - FÉRIAS DO ESTUDANTE** O período das férias do empregado estudante coincidirá com o de suas férias escolares. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE APÓS O RETORNO DE FÉRIAS** O empregado que retornar de férias regular ou coletiva, não poderá ser dispensado antes de 30 (trinta) dias contados do 1º dia de trabalho. **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR Condições de Ambiente de Trabalho CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ABRIGO PARA REFEIÇÕES** Os empregadores deverão possuir no local de trabalho uma área coberta com bancos, mesas, fogão, mesmo rústicos, para que os trabalhadores possam aquecer suas refeições e ter proteção das intempéries, garantindo a existência de instalações sanitárias, por ser condições de higiene, devendo ser observadas as instruções dos itens 31.23.4 a 31.23.4.3, da NR 31, de 03/03/05, Portaria nº 86, publicada no DOU de 04/03/05. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - ARMAS NO TRABALHO** Fica proibido o uso de arma por ambas as partes (empregado, empregador, encarregado, etc.), mesmo para aqueles que possuem porte de arma, evitando a existência de qualquer tipo de coação e intimidação. **Equipamentos de Proteção Individual CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO** Os empregadores distribuirão gratuitamente todo o material de proteção individual de uso obrigatório, sendo que o não uso por parte do empregado, o mesmo será advertido e na reincidência poderá ser suspenso do serviço. **Parágrafo único:** Antes da entrega do EPI, o empregador deverá dar o devido treinamento para que os trabalhadores usem corretamente os equipamentos, salientando a importância do uso para a segurança dos mesmos. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO** O empregador deverá pagar multa no valor do salário diário, em todo o período de trabalho em que houver descumprimento do art. 166 da CLT e NR-6 e NR 31, itens 31.12 a 31.12.20.1, de 03/03/05, Portaria nº 86, publicada no DOU de 04/03/05 que reverterá em favor do empregado. **Aceitação de Atestados Médicos CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - ATESTADO MÉDICO** Seja assegurado o reconhecimento por parte do empregador de atestado médico e odontológico apresentados por empregados, passados por profissionais que sejam contratados pelo Sindicato, Instituições Públicas ou Paraestatais, INSS, Rede Privada ou na falta destes, por outros profissionais.





Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião da Amoreira

Reconhecido pelo MTPS sob n.º: 301.436/81- Filiado a FETAEP

Rua Prefeito Alfredo Luiz Batista , 476 – CEP: 86240-000 – Fone/Fax : (43) 3265-1169
São Sebastião da Amoreira :---:---: Estado do Paraná

012

PARÁGRAFO ÚNICO - Assegura-se o direito à ausência remunerada de 01 (um) dia por semestre ao empregado, para levar ao médico filho menor ou dependente previdenciário de até 6 (seis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - CASO DE DOENÇA** Assegurar o pagamento dos primeiros 30 (trinta) dias em que o trabalhador permanente ficar impossibilitado de trabalhar por motivo de doença comprovada. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Após esse prazo, continuando o empregado impossibilitado de trabalhar, o empregador complementarará o pagamento da diferença entre o valor pago pela Previdência e o salário efetivo do trabalhador. **Profissionais de Saúde e Segurança**
CLÁUSULA SEXAGÉSIMA- PROGRAMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA Fica obrigada a elaboração do Programa de Gestão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente de Trabalho Rural, conforme a NR-31, devendo o empregador rural implementar as ações de segurança e saúde que visem a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho na unidade de produção rural. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA- SESTR** Havendo mais de 20 (vinte) empregados permanentes, o empregador deverá manter em funcionamento o SESTR- Serviço Especializado em Segurança e Saúde do Trabalho Rural, na conformidade da NR-31, prevista na Portaria n.º 86, de 03/03/2005 do Ministério do Trabalho e Emprego, podendo ser próprio ou externo (coletivo). **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA- CIPATR** Os empregadores ficam obrigados a cumprir, imediatamente, a Norma Regulamentadora nº 31, constante da Portaria n.º 86, de 03/03/2005, do então Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere ao item 31.7, quando possuírem mais de 20 (vinte) empregados contratados por prazo indeterminado. **Parágrafo único:** A Empresa assegurará frequência livre de um dia por mês aos Cipeiros, Delegados e Representantes Sindicais para atividades específicas da representação, fora da empresa, sem prejuízo do cargo e salário, mediante comprovação do trabalhador. **Primeiros Socorros**
CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - TRANSPORTE AO HOSPITAL Assegurar a obrigatoriedade por parte do empregador de transporte gratuito imediato do trabalhador até o hospital mais próximo, credenciado pela previdência, em caso de acidente do trabalho ou doença sua ou de algum membro da família, para que receba assistência médica. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA- COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE DE TRABALHO** De acordo com o previsto no artigo 22, da Lei nº 8.213/91, ocorrendo acidente do trabalho ou doença profissional, o empregador deverá comunicar o INSS do ocorrido pelo correto preenchimento do formulário do CAT até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência. **RELAÇÕES SINDICAIS Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**
CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DIRIGENTE SINDICAL Assegurar o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados à alimentação e descanso, ou em horários previamente ajustados, para desempenho de suas funções, ou quando esta Convenção estiver sendo descumprida. Redação dada pelo PN nº 91/TST. **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**
CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA- LICENÇA PARA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES SINDICAIS Fica assegurado o direito de se ausentar do trabalho, considerando-se falta justificada, àqueles trabalhadores convocados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais para participarem de Congressos, Cursos, Conferências,



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião da Amoreira

Reconhecido pelo MTPS sob n.º: 301.436/81- Filiado a FETAEP

Rua Prefeito Alfredo Luiz Batista , 476 – CEP: 86240-000 – Fone/Fax : (43) 3265-1169
São Sebastião da Amoreira :---:---: Estado do Paraná

013



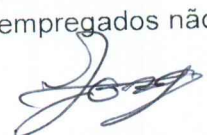
Reuniões ou Seminários realizados pelos Sindicatos, FETAEP, CONTAG ou Central Sindical, pelo período máximo de 10 (dez) dias por ano. **Parágrafo primeiro:** em atividades sindicais que necessitem da presença de trabalhadores rurais, como por exemplo, a Assembleia Geral Extraordinária para discussão e aprovação da Pauta de Negociação Coletiva, o empregador dispensará os trabalhadores rurais sócios ou não do Sindicato para participarem. O período dispensado será considerado para todos os efeitos como período de trabalho, não sendo permitido desconto ou compensação.

Parágrafo segundo: O empregador que contar em seu quadro funcional com diretor ou delegado sindical, efetivo ou suplente eleito, garantirá a sua liberação para o exercício de suas atividades sindicais, considerando-se período efetivo de trabalho, por até 10 (dez) dias úteis por ano. **Parágrafo terceiro:** O empregador deverá ser comunicado pelo sindicato, por escrito, da referida liberação, com antecedência mínima de 48 (quarenta e horas). Na comunicação deverá constar o período de liberação pretendida.

Acesso a Informações da Empresa CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DA RAIS Os empregadores fornecerão uma cópia (relatório completo) da RAIS à entidade sindical dos trabalhadores a que foram informadas na Relação Anual de Informações Sociais, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o prazo legal de entrega. **Parágrafo único:** Nos meses em que houver desconto de contribuição sindical ou qualquer outra contribuição à entidade sindical do trabalhador, o empregador deverá encaminhar ao Sindicato Profissional, relatório contendo o nome do trabalhador, a remuneração base de cálculo e o valor descontado, até o dia 30 do mês seguinte ao do desconto. **Contribuições Sindicais CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL** A empresa descontará de cada empregado a

importância correspondente à remuneração de um dia de trabalho por ano, a título de Contribuição Sindical, em favor do Sindicato de origem do trabalhador, em conformidade com os artigos 578 a 610 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, em guia fornecida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná. (Inciso I, do Art. 24º, da Lei nº 8.847/94). **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL** Fica estabelecido um desconto assistencial no valor

de uma diária por empregado, que deverá incidir sobre a remuneração do trabalhador, associado ou não, por ocasião do primeiro pagamento dos salários já reajustados, em favor da Entidade Sindical, vez que, os benefícios e garantias conquistadas na negociação coletiva abrangem toda a categoria, desta forma, as contribuições à entidade sindical deve ser estendida a todos os trabalhadores que se beneficiam das cláusulas negociadas, independentemente da filiação ou não ao sindicato. Tal importância será recolhida em conta vinculada ao Banco do Brasil S/A, ou em outro estabelecimento bancário indicado pela entidade sindical dos trabalhadores. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Diante do teor da decisão proferida pelo STF em sede de Recurso Extraordinário, autuado sob nº 189960-3 – Não há como se negar a tendência da mais alta Corte em reconhecer a legitimidade da contribuição assistencial obrigatória para todos os empregados pertencentes à categoria profissional, sindicalizados ou não. Prevalece, portanto, o entendimento de que todos os trabalhadores se beneficiam das vantagens das Convenções e Acordos Coletivos, associados ou não, razão pela qual, em contrapartida, devem contribuir para a manutenção do sindicato. (TRT 9ª R. – RO 2789/2001 – (02001/2002-2001) – Relª Juíza Eneida Cornel – DJPR 15.02.2002). **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica assegurado aos empregados não




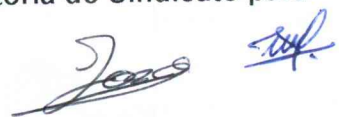
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião da Amoreira

Reconhecido pelo MTPS sob n.º: 301.436/81- Filiado a FETAEP

Rua Prefeito Alfredo Luiz Batista , 476 – CEP: 86240-000 – Fone/Fax : (43) 3265-1169
São Sebastião da Amoreira :---:---: Estado do Paraná

014

sindicalizados abrangidos por esta negociação Coletiva o direito de oposição do desconto da referida contribuição, no prazo de até 10 (dez) dias antes do primeiro pagamento reajustado, conforme entendimento do STF, o qual deverá ser apresentado individualmente pelo empregado ao Sindicato, em requerimento manuscrito com identificação do empregador e do trabalhador, bem como assinatura do oponente. Em caso de trabalhador analfabeto, fica a cargo da entidade sindical profissional redigir o requerimento. O Sindicato fornecerá recibo da entrega ou protocolo, o qual deverá ser encaminhado ao empregador para que não seja procedido o desconto. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os empregadores encaminharão ao Sindicato Profissional, relação nominal dos empregados da categoria, contendo os respectivos salários, bem como cópia das guias de contribuições à entidade no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recolhimento. **CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA - MENSALIDADE SOCIAL** Os empregadores obrigam-se a descontar, em folha de pagamento de seus empregados sindicalizados, a mensalidade social, recolhendo-a ao sindicato da categoria os respectivos valores, desde que estes tenham autorizado o desconto. Estes valores deverão ser repassados até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao desconto, sob pena de acréscimo de juros e correção monetária prevista no art. 545 da CLT, ficando assegurado ao empregado associado o direito de suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a autorização de desconto mediante comunicação por escrito e pessoal ao seu sindicato. **Parágrafo único:** após efetuar o pagamento, os empregadores terão até o dia 30 (trinta) do mesmo mês, para encaminhar ao sindicato da categoria relação nominal dos trabalhadores e o valor descontado em folha a título de Mensalidade Social. **Procedimentos em Relação a Greves e Grevistas CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA - NÃO PUNIÇÃO AO TRABALHADOR** Fica vedada qualquer punição ao trabalhador que tenha participado da negociação desta Convenção Coletiva de Trabalho, ou de movimento reivindicatório ou greve, ocorrido em virtude desta negociação, pelo cumprimento das cláusulas aqui convencionadas, ou pela garantia de qualquer outro direito legalmente assegurado, inclusive a transferência para trabalho isolado dos demais trabalhadores da mesma propriedade, desde que os mesmos tenham atuado dentro da legalidade, ficando os membros do movimento com estabilidade por 01 (um) ano após a formatura desta Convenção. **DISPOSIÇÕES GERAIS Descumprimento do Instrumento Coletivo CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA – MULTA** Pelo descumprimento desta decisão normativa, fica estipulada uma multa de 01 (um) Piso Salarial da categoria, em favor do empregado prejudicado por cada cláusula descumprida. **Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA – RENEGOCIAÇÃO** Ocorrendo alterações substanciais nas condições de trabalho e de salários dos empregados, a qualquer título, haverá renegociação das cláusulas deste instrumento. **Encerradas as discussões, o Sr. Presidente submeteu a proposta com as reivindicações á votação por escrutínio secreto, as quais aprovadas recebendo 38(trinta e oito) votos SIM e 02 (dois) nenhum votos NÃO, e autorizando o desconto de cada um dos empregados, sócios ou não do Sindicato, no primeiro pagamento aumentado, a título de Contribuição assistencial. Em seguida foi posta em discussão o terceiro item da ordem do dia, recebendo manifestações favoráveis do plenário a que fosse dada autorização à Diretoria do Sindicato para**



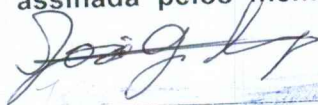
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião da Amoreira

Reconhecido pelo MTPS sob n.º: 301.436/81- Filiado a FETAEP

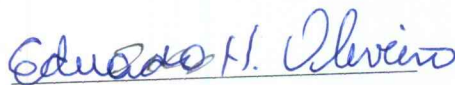
Rua Prefeito Alfredo Luiz Batista , 476 – CEP: 86240-000 – Fone/Fax : (43) 3265-1169
São Sebastião da Amoreira :---: Estado do Paraná

015

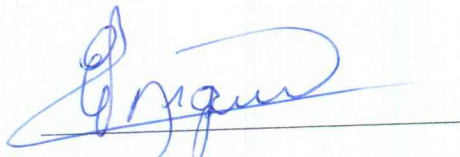
realizar gestão junto a Entidade Sindical Patronal, com o objetivo da Convenção Coletiva de Trabalho e outorgados os poderes a esta Diretoria para negociar as cláusulas deliberadas pela Assembléia, podendo variar caso achassem necessário, bem como fora formado uma comissão de assalariados para juntamente com a Diretoria estudar possíveis contra propostas e decidir sobre a celebração da Convenção Coletiva de Trabalho ou a instauração do Dissídio Coletivo da Categoria. A proposta foi levada á votação por escrutínio secreto recebendo 38 votos favoráveis e 02 votos brancos , constando-se aprovada a delegação de poderes a Diretoria do Sindicato para estabelecer Convenção Coletiva de Trabalho ou, em caso de não haver possibilidade de negociação. Instaurar o Dissídio Coletivo e plenos poderes á Diretoria para negociar as cláusulas propostas, podendo variar caso necessário. Esgotados os assuntos da Ordem do dia, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e eu Eliane Miguel Motta, como secretária, lavrei a presente ata que, após lida a achada conforme, será assinada pelos membros.



PRESIDENTE



SECRETÁRIO



ESCRUTINADOR



ESCRUTINADOR

